

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

O PCP teve conhecimento de uma situação de desrespeito e violação dos direitos dos trabalhadores das lojas Pingo Doce na cidade de Lisboa.

A empresa tem vindo a agravar o clima de coação, pressão e chantagem, dando orientações para que os trabalhadores controlem os tempos em que os colegas estão na casa de banho, para além de ameaças constantes e reiteradas de instauração de processos disciplinares.

A elevada intensidade dos ritmos de trabalho e o reduzido número de trabalhadores em cada turno são problemas sentidos pelos trabalhadores, existindo lojas onde apenas está colocado um trabalhador por secção.

A afixação dos horários de trabalho não cumpre os requisitos legais e os trabalhadores são constantemente confrontados com mudanças de horários diárias, semanais e quinzenais, em confronto com o que está consagrado na contratação coletiva.

Muitas vezes, a organização dos horários de trabalho não assegura a necessidade de articulação entre a vida profissional, familiar e pessoal negando as condições de acompanhamento dos filhos.

A degradação das condições de trabalho é também um problema grave sentido pelos trabalhadores: casas de banho a funcionarem a 50%; torneiras avariadas; refeitório com cacifos devido à falta de espaço na parte social da loja, entre outros.

O número reduzido de trabalhadores reflete-se também nos atropelos à lei na marcação de férias; na brutal pressão para que as trabalhadoras não gozem os direitos de maternidade, designadamente acompanhamento.

A empresa tem recorrido a longos interrogatórios, videovigilância e pressão sobre os trabalhadores para que estes trabalhadores rescindam o seu contrato.

Para além disto, os trabalhadores têm vindo a ser confrontados com o não pagamento do subsídio de alimentação nos dias em que gozam dias de descanso por força de aplicação do banco de horas.

O PCP desde há vários anos que vem acompanhado com profunda preocupação a situação dos trabalhadores das lojas Pingo Doce, designadamente no que toca a situações de desrespeito e violação dos seus direitos laborais.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, solicitamos ao **Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social**, os seguintes esclarecimentos:

1. Que ações inspetivas realizou na última década a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) às lojas Pingo Doce da cidade de Lisboa?
2. Quais os resultados e apuramentos dessas ações inspetivas?
3. Que medidas vai tomar, designadamente através da ACT, para assegurar o cabal cumprimento destes direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 12 de Março de 2015

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)

DAVID COSTA(PCP)

MIGUEL TIAGO(PCP)